

Cenários de Elevação dos Indexadores				
Operações	Risco	(I)	(II)	(III)
1755.502		(21.745)	(27.185)	(32.626)
SWAP	CDI	12,39%	15,49%	18,59%
(39.946)		(4.949)	(6.187)	(7.424)
Leasing	CDI	12,39%	15,49%	18,59%
(203)		(25)	(31)	(38)
Compromissos a pagar	CDI	12,39%	15,49%	18,59%
(4.848)		(601)	(751)	(901)
Compromissos a pagar	IPCA	5,78%	7,23%	8,68%
(214.716)		(12.421)	(15.524)	(18.627)
Posição líquida		(83.226)	(104.038)	(124.861)

Cenários de Queda dos Indexadores				
Operações	Risco	(I)	(II)	(III)
Aplicações financeiras	CDI	12,39%	9,29%	6,20%
174.237		21.588	16.187	10.803
Títulos e valores mobiliários	CDI	12,39%	9,29%	6,20%
60.795		7.533	5.648	3.769
Passivo				
Debitores de instituições financeiras	CDI	12,39%	9,29%	6,20%
(210.319)		(26.059)	(19.544)	(13.029)
Financiamentos - Capital de Giro	CDI	12,39%	9,29%	6,20%
(373.684)		(46.547)	(34.901)	(23.292)
Empréstimo em moeda estrangeira	CDI	12,39%	9,29%	6,20%
(175.202)		(21.945)	(16.304)	(10.681)
Swap	CDI	12,39%	9,29%	6,20%
(39.946)		(4.949)	(3.712)	(2.475)
Leasing	CDI	12,39%	9,29%	6,20%
(203)		(25)	(31)	(38)
Compromissos a pagar	CDI	12,39%	9,29%	6,20%
(4.848)		(601)	(450)	(301)
Compromissos a pagar	IPCA	5,78%	4,34%	2,89%
(214.716)		(12.421)	(9.319)	(6.202)
Posição líquida		(83.226)	(62.434)	(21.623)

Considerando as projeções econômicas divulgadas pelo Relatório FOCUS do Banco Central do Brasil de 10 de março de 2023, corroborada por economistas do mercado financeiro, estima-se que a taxa de inflação medida pelo IPCA e as taxas de juros medidas pelo CDI sejam mais próximas do cenário I. **Seção C - Informações por segmento:** A avaliação das informações por segmento é em função da concentração de suas atividades, substancialmente, na atividade de ensino superior presencial, o Grupo está organizado e é gerenciado em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pelo Grupo, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pelo principal negócio das operações como segmentos independentes, sendo a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e a avaliação do seu desempenho operacional realizadas de forma integrada na forma de um único segmento. **Seção D - Estrutura do Grupo:** 6. Controladas: O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Controladora, e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior. O processo de correspondência à soma dos saldos das contas de abavo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, sendo que para as contas do resultado, os valores apurados são consolidados da data em que o controle foi adquirido pelo Grupo em diante. As demonstrações financeiras consolidadas do período final em 31 de dezembro de 2022, incluem as operações do Grupo e de sociedades controladas.

	Diretas		Indiretas	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
ICES - Instituto Campiense de Ensino Superior Ltda.	99,99	99,99	-	-
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	99,99	99,99	-	-
Centro de Educação Profissional Bil Ltda.	99,99	99,99	-	-
CETBA - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	99,99	99,99	-	-
SECARGO - Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	99,99	-	-
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	99,99	99,99	-	-
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda.	-	-	99,99	99,99
Sociedade Universitária Mileto Ltda.	-	-	99,99	99,99
Colégio Cultural Módulo Ltda.	-	-	99,99	99,99
Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda.	-	-	99,99	99,99
Overdrives Coworking Escritórios Virtuais Ltda.	-	-	99,99	99,99
Sociedade de Ensino Superior de Tecnologia da Bahia Ltda.	-	-	99,99	99,99
Sociedade Educacional de Rondônia S/S Ltda.	-	-	99,99	99,99
Clinica Escola de Saúde Uninassau Ltda.	99,99	99,99	-	-
Clinica Veterinária CDMV Ltda. (Hospital Veterinário DOK)	-	-	99,99	99,99
Centro de Treinamento e Desenvolvimento da Medicina Humana e Veterinária Ltda.	-	-	99,99	99,99
Plantão Veterinário Hospital Ltda.	-	-	99,99	99,99
Pet Shop Kero Kolo Ltda.	-	-	99,99	99,99
EDUCRED - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	99,99	-	-
Centro de Educação Continuada Maurício de Nassau Ltda.	99,99	99,99	-	-
SESPS - Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisas de Sergipe Ltda.	99,99	99,99	-	-
Faculdade Maurício de Nassau de Belem Ltda.	99,99	99,99	-	-
CESPI - Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda.	99,99	99,99	-	-
CESPI - Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. (Nota 30(b))	99,99	99,99	-	-
SESPI - Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. (Nota 30(b))	99,99	99,99	-	-
Uninassau Participações S.A.	99,99	99,99	-	-
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	99,99	99,99	-	-
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda.	99,99	99,99	-	-
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda. (ii)	99,99	99,99	-	-
Overdrives Coworking Escritórios Virtuais Ltda.	99,99	99,99	-	-
3L Tecnologias Educacionais e Soluções Digitais S.A.	99,99	99,99	-	-
Gokursos Inovações Educacionais Ltda.	99,99	99,99	-	-
Starline Tecnologia S/A	-	-	99,99	99,99
Definela Tecnologia Educacional Ltda.	-	-	99,99	99,99
Sociedade Técnica Educacional da Lapa S/A (i)	-	-	100,00	100,00
NODUS Ltda.	-	-	99,99	99,99
Peixe 30 Tecnologia e Soluções Digitais Ltda.	-	-	99,99	99,99
CRIA - Tecnologias Educacionais e Soluções Digitais Ltda.	-	-	99,99	99,99
Ser Finanzas - Serviços Financeiros Ltda.	99,99	99,99	-	-
Ser Finance Sociedade de Crédito Direto S.A.	99,99	99,99	-	-

	31 de dezembro de 2022			
	Patrimônio Líquido	Resultado de Equivalência Patrimonial	Valor Investido	Goodwill Intangíveis Identificáveis
Controladas Diretas				
CETBA - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	9.645	(4.983)	9.645	-
Clinica Escola de Saúde Uninassau Ltda.	15.307	(14.864)	15.307	-
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	567.110	(110.102)	567.110	-
EDUCRED - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	72	(429)	72	-
SECARGO - Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	25.869	6.509	25.869	4.362
ICES - Instituto Campiense de Ensino Superior Ltda.	314.922	39.603	314.922	-
Centro de Educação Profissional Bil Ltda.	3.286	3.013	3.286	-
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	28.214	(7.522)	28.214	8.405
Centro de Educação Continuada Maurício de Nassau Ltda.	1.229	(4.808)	1.229	-
SESPS - Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisas de Sergipe Ltda.	44.387	1.496	44.387	1.043
Faculdade Maurício de Nassau de Belem Ltda.	17.346	3.502	17.346	8.662
Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.	16.981	4.494	16.981	-
CESPI - Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda.	18.885	4.494	18.885	5.360
CESPI - Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.	99,99	99,99	99,99	30.241
Uninassau Participações S.A.	475	-	475	-
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	6.049	(1.589)	6.049	-
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda.	608	(151)	608	-
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda. (ii)	4.056	(352)	4.056	-
Overdrives Coworking Escritórios Virtuais Ltda.	347.911	(17.387)	347.911	-
3L Tecnologias Educacionais e Soluções Digitais S.A.	879	(4.464)	879	-
Ser Finanzas	3.259	259	3.259	-
Ser Finance	-	-	-	1.028
FADE - Faculdade Decisão	-	-	-	2.200
FAOCMA - Faculdade de Ciências de Maceió	-	-	-	3.000
Total Controladas Diretas	1.448.816	(100.835)	1.448.816	29.819
Controladas Indiretas				
SOPPE - Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda. (i)	16.747	(12.476)	16.747	-
Sociedade Universitária Mileto Ltda.	2.238	(2.238)	2.238	-
Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda.	33.374	36.511	33.374	68.416
Colégio Cultural Módulo Ltda.	13.534	2.425	13.534	51.522
Beduka Serviços de Tecnologia em Educação Ltda.	12.800	(1.003)	12.800	3.009
Overdrives Coworking Escritórios Virtuais Ltda.	23.127	(3.014)	23.127	31.369
Gokursos Inovações Educacionais Ltda.	(2.159)	(1.004)	(2.159)	-
Centro de Treinamento e Desenvolvimento da Medicina Humana e Veterinária Ltda.	929	114	929	5.567
Clinica Veterinária CDMV Ltda.	1.180	(1.880)	1.180	2.632
Starline Tecnologia S.A.	1.693	(123)	1.693	18.604
Definela Tecnologia Educacional Ltda.	3.040	(3.224)	3.040	6.124
Plantão Veterinário Hospital Ltda.	327	(656)	327	-
Pet Shop Kero Kolo Ltda.	195	(304)	195	-
Peixe 30 Ltda.	201	(259)	201	-
Nods Ltda.	316	(582)	316	-
3L Tecnologias Educacionais e Soluções Digitais Ltda.	10	-	10	-
Total Controladas Indiretas	141.993	40.593	141.993	372.032
Sociedades Incorporadas				
União de Ensino Superior do Pará - UNAMA	-	-	87.136	54.373
Instituto Santareno de Educação Superior - FIT	-	-	5.320	7.600
ADSA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.	-	-	5.125	-
SODECAM - Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda.	-	-	43.882	60.543
Instituto Avançado de Ensino Superior de Barreiras Ltda.	-	-	60.006	88.687
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda.	-	-	3.221	2.700
Total Sociedades Incorporadas	-	-	204.990	213.903
Aquisição de Mantidas Indiretas				
Sociedade Metodista Bennet	-	-	-	10.000
Total	1.590.809	(60.326)	1.590.809	606.841

	31 de dezembro de 2022			
	Patrimônio Líquido	Equív. Patrimonial	Valor Investido	Goodwill Intangíveis Identificáveis
Controladas Diretas				
CETBA - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	17.226	(194)	17.226	4.140
Clinica Escola de Saúde Uninassau Ltda.	14.880	(3.157)	14.880	-
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	674.311	5.474	674.311	-
EDUCRED - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	1.821	592	1.821	-
SECARGO - Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	31.528	2.299	31.528	4.362
ICES - Instituto Campiense de Ensino Superior Ltda.	294.084	51.205	294.084	-
Centro de Educação Profissional Bil Ltda.	4.915	2.945	4.915	-
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	29.607	(3.317)	29.607	8.405
Centro de Educação Continuada Maurício de Nassau Ltda.	954	(4.252)	954	-
SESPS - Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisas de Sergipe Ltda.	64.538	6.933	64.538	1.043
Faculdade Maurício de Nassau de Belem Ltda.	34.869	7.545	34.869	959
Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.	25.849	8.265	25.849	8.662
CESPI - Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda.	16.538	8.974	16.538	-
CESPI - Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.	17.403	7.513	17.402	5.360
Uninassau Participações S.A.	457	-	457	-
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	16.276	2.316	16.276	573
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda.	759	(91)	759	-
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda.	8.012	1.471	8.012	3.521
Overdrives Coworking Escritórios Virtuais Ltda.	2.962	(600)	2.962	-
3L Tecnologias Educacionais e Soluções Digitais S.A.	61.598	4.464	61.598	-
Ser Finanzas	-	(1.238)	-	-
FADE - Faculdade Decisão	-	-	-	1.028
FAOCMA - Faculdade de Ciências de Maceió	-	-	-	3.000
Total Controladas Diretas	1.320.706	94.247	1.320.706	38.053
Controladas Indiretas				
SOPPE - Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda.	2.236	2.236	24.235	43.591
Sociedade Universitária Mileto Ltda.	14.565	(1.700)	14.565	1.346
Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda.	39.533	30.384	39.533	68.922
Colégio Cultural Módulo Ltda.	9.293	(3.534)	9.293	3.191
Beduka Serviços de Tecnologia em Educação Ltda.	(37)	(388)	(37)	3.009
Sociedade Educacional de Rondônia S/S Ltda.	18.190	9.095	18.190	108.071
Overdrives Coworking Escritórios Virtuais Ltda.	13.165	(1.238)	13.165	-
Centro de Treinamento e Desenvolvimento da Medicina Humana e Veterinária Ltda.	724	224	724	5.567
Clinica Veterinária CDMV Ltda.	424	(213)	424	2.776
Starline Tecnologia S.A.	(98)	(302)	(98)	18.607
Definela Tecnologia Educacional Ltda.	(2.54)	2.513	(2.54)	13.752
Plantão Veterinário Hospital Ltda.	-	-	4.273	2.100
Pet Shop Kero Kolo Ltda.	(55)	-	(55)	1.179
Total Controladas Indiretas	104.023	41.793	104.023	273.384
Sociedades Incorporadas				
União de Ensino Superior do Pará - UNAMA	-	-	54.777	87.136
Instituto Santareno de Educação Superior - FIT	-	-	7.600	5.320
ADSA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.	-	-	5.125	-
SODECAM - Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda.	-	-	66.127	43.882
Instituto Avançado de Ensino Superior de Barreiras Ltda.	-	-	90.887	60.006
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda. (iii)	-	-	219.391	201.469
Total Sociedades Incorporadas	-	-	319.607	319.391
Aquisição de Mantidas Indiretas				
Sociedade Metodista Bennet	-	-	-	10.000
Total	1.424.729	136.040	1.424.729	626.245

(i) Impairment reconhecido das empresas Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda. (UNAMA), Sociedade Universitária Mileto Ltda. (MILETO), Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda. (CETBA), Instituto de Ensino Juvêncio Terra Ltda. (JUVÊNIO TERRA), Plantão Veterinário Hospital Ltda. e Pet Shop Kero Kolo Ltda. (Nota 11). Na Controladora os intangíveis identificados estão classificados como investimento, sendo reclassificados para o intangível no Consolidado. (ii) **Movimentação do saldo de investimento em empresas controladas:** A movimentação do saldo de investimento em empresas controladas nos períodos finais em 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	1.381.187	1.189.772	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (i)	-	-	348.954	279.932
Participação nos resultados de controladas	-	-	(100.835)	-
Baixa de passivo previdenciário	-	-	-	3.249
Lucros recebidos de subsidiárias	(111.997)	-	-	(186.013)
Baixa por incorporação (ii)	(14.233)	-	-	-
Baixa por impairment (iii)	-	-	-	-

SER EDUCACIONAL S.A. - CNPJ nº 04.986.320/0001-13

(e) Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment):
 O Grupo avalia a recuperabilidade dos ativos mensalmente em 31 de dezembro, ou quando existir um indicativo de desvalorização. Nesse contexto, nos trimestres finais em 30 de junho e 31 de dezembro de 2022, o Grupo identificou algumas UGCs ("Unidades Geradoras de Caixa" ou "ativo") que apresentaram valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis com base no seu valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, resultando na constituição de provisões para impairment de ativos provenientes da combinação de negócios, conforme quadro a seguir:

Controladora	31 de dezembro de 2022			
	Perda por desvalorização	Goodwill	Licenças de Cursos	Total
CETEBA	4.140	-	-	4.140
Juvenção Terra	573	2.400	-	2.973
Hospital Veterinário	4.713	2.400	-	7.113
Total	9.426	4.800	-	14.226

Conforme requerido pela NBC TG 01 / IAS 37, a perda por redução no valor recuperável foi alocada primeiramente ao ativo e a parcela remanescente alocada à lição de cursos em contrapartida de "Despesas Operacionais". Os créditos enviados pela Administração para renovação da base de alunos e manutenção da infraestrutura e geração de caixa operacional das UGCs não foram suficientes para reverter os impactos a curto e médio prazo causados pela entrada de competidores e pelas mudanças no cenário socioeconômico nas áreas de inserção das unidades, cenário esse que foi agravado nos últimos 2 anos em função da pandemia do Covid-19, aliada à redução do apoio governamental aos estudantes de baixa renda. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos de valor em uso. Esses cálculos usam o orçamento anual do Grupo, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, e projeções de fluxo de caixa antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em premissas financeiras durante o período de cinco anos ("período explícito"). Os valores referidos aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram projetados com base nas taxas de crescimento estimadas. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento médio de longo prazo do setor ou qual UGC ativa. As premissas adotadas foram as seguintes: (i) Fluxo nominal, (ii) Período explícito de 5 anos, (iii) Taxa de desconto que considera o custo médio ponderado capital (WACC) de 12,5% a.a. (2021: 11,8% a.a.), (iv) Taxa de crescimento na perpetuidade de 5,1% a.a. (2021: 5,3% a.a.) e (v) margem bruta de 59% (2021: 66%). Para cenários de sensibilidade dos testes de impairment foram alteradas as premissas da taxa de crescimento na perpetuidade, da taxa de desconto e das margens sem que houvesse a necessidade de reconhecimento de perdas adicionais por impairment. **12. Direito de uso:** Em conformidade com a Deliberação CVM nº 859/2002, que trata sobre alterações na NBC TG 06 (R) - Arrendamentos, em decorrência de benefícios relacionados à pandemia de Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamentos - o Grupo avaliou que os benefícios oriundos dos descontos de alugueis obtidos em alguns imóveis são pontuais e que não resultaram em alteração na vigência de tais contratos. Esses descontos foram reconhecidos diretamente no resultado do exercício até 30 de junho de 2022, data em que se encerrou o período de vigência da referida Deliberação CVM nº 859/2002 (Nota 19). **(a) Composição do saldo:**

Controladora	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
	Taxas anuais de Depreciação	Custo	Depreciação	Saldo	Taxas anuais de Depreciação	Custo	Depreciação	Saldo
Direito de Uso de Imóveis	10%	373.838	(120.306)	253.532	10%	373.838	(120.306)	253.532
Total		373.838	(120.306)	253.532		373.838	(120.306)	253.532

(b) Movimentação:

Controladora	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
	Adições (I)	Baixas	Depreciação	da FASE	Adições (I)	Baixas	Depreciação	da FASE
Direito de Uso de Imóveis	182.415	(105.544)	(8.870)	(30.833)	312.759	5.774	253.532	-
Total	182.415	(105.544)	(8.870)	(30.833)	312.759	5.774	253.532	-

(c) Composição do saldo:

Controladora	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
	Taxas médias anuais de depreciação	Custo	Depreciação	Saldo	Taxas médias anuais de depreciação	Custo	Depreciação	Saldo
Terenos	6%	25.257	(25.257)	-	6%	25.257	(25.257)	-
Edificações e benfeitorias	6%	264.732	(104.490)	160.242	6%	264.732	(104.490)	160.242
Veículos	6% a 10%	1.960	(1.693)	267	6%	1.960	(1.693)	267
Equipamentos e instalações	6%	82.064	(44.532)	37.532	6%	82.064	(44.532)	37.532
Móveis e utensílios	10%	29.579	(19.716)	9.863	10%	29.579	(19.716)	9.863
Computadores	20%	44.621	(32.732)	11.889	20%	44.621	(32.732)	11.889
Outros	10%	49.529	(32.693)	16.836	10%	49.529	(32.693)	16.836
Total incorporação		517.860	(182.772)	335.088		517.860	(182.772)	335.088
(I) As adições referem-se aos novos imóveis, locados em Porto Alegre/RS, Palmas/TO, Imperatriz/MA, Florianópolis/SC e Santana do Parnaíba/SP, e aos reajustes dos pagamentos mínimos dos contratos vigentes (renematuração) (Nota 19(b)).								

13. Imobilizado: (a) Composição do saldo:

Controladora	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
	Taxas médias anuais de depreciação	Custo	Depreciação	Saldo	Taxas médias anuais de depreciação	Custo	Depreciação	Saldo
Terenos	6%	25.257	(25.257)	-	6%	25.257	(25.257)	-
Edificações e benfeitorias	6%	264.732	(104.490)	160.242	6%	264.732	(104.490)	160.242
Veículos	6% a 10%	1.960	(1.693)	267	6%	1.960	(1.693)	267
Equipamentos e instalações	6%	82.064	(44.532)	37.532	6%	82.064	(44.532)	37.532
Móveis e utensílios	10%	29.579	(19.716)	9.863	10%	29.579	(19.716)	9.863
Computadores	20%	44.621	(32.732)	11.889	20%	44.621	(32.732)	11.889
Outros	10%	49.529	(32.693)	16.836	10%	49.529	(32.693)	16.836
Total incorporação		517.860	(182.772)	335.088		517.860	(182.772)	335.088
(I) As adições referem-se aos novos imóveis, locados em Porto Alegre/RS, Palmas/TO, Imperatriz/MA, Florianópolis/SC e Santana do Parnaíba/SP, e aos reajustes dos pagamentos mínimos dos contratos vigentes (renematuração) (Nota 19(b)).								

(b) Movimentação:

Controladora	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
	Adições (I)	Baixas	Depreciação	da FASE	Adições (I)	Baixas	Depreciação	da FASE
Direito de Uso de Imóveis	182.415	(105.544)	(8.870)	(30.833)	312.759	5.774	253.532	-
Total	182.415	(105.544)	(8.870)	(30.833)	312.759	5.774	253.532	-

(c) Composição do saldo:

Controladora	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
	Taxas médias anuais de depreciação	Custo	Depreciação	Saldo	Taxas médias anuais de depreciação	Custo	Depreciação	Saldo
Terenos	6%	25.257	(25.257)	-	6%	25.257	(25.257)	-
Edificações e benfeitorias	6%	264.732	(104.490)	160.242	6%	264.732	(104.490)	160.242
Veículos	6% a 10%	1.960	(1.693)	267	6%	1.960	(1.693)	267
Equipamentos e instalações	6%	82.064	(44.532)	37.532	6%	82.064	(44.532)	37.532
Móveis e utensílios	10%	29.579	(19.716)	9.863	10%	29.579	(19.716)	9.863
Computadores	20%	44.621	(32.732)	11.889	20%	44.621	(32.732)	11.889
Outros	10%	49.529	(32.693)	16.836	10%	49.529	(32.693)	16.836
Total incorporação		517.860	(182.772)	335.088		517.860	(182.772)	335.088
(I) As adições referem-se aos novos imóveis, locados em Porto Alegre/RS, Palmas/TO, Imperatriz/MA, Florianópolis/SC e Santana do Parnaíba/SP, e aos reajustes dos pagamentos mínimos dos contratos vigentes (renematuração) (Nota 19(b)).								

(d) Composição do saldo:

Controladora	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
	Taxas médias anuais de depreciação	Custo	Depreciação	Saldo	Taxas médias anuais de depreciação	Custo	Depreciação	Saldo
Terenos	6%	25.257	(25.257)	-	6%	25.257	(25.257)	-
Edificações e benfeitorias	6%	264.732	(104.490)	160.242	6%	264.732	(104.490)	160.242
Veículos	6% a 10%	1.960	(1.693)	267	6%	1.960	(1.693)	267
Equipamentos e instalações	6%	82.064	(44.532)	37.532	6%	82.064	(44.532)	37.532
Móveis e utensílios	10%	29.579	(19.716)	9.863	10%	29.579	(19.716)	9.863
Computadores	20%	44.621	(32.732)	11.889	20%	44.621	(32.732)	11.889
Outros	10%	49.529	(32.693)	16.836	10%	49.529	(32.693)	16.836
Total incorporação		517.860	(182.772)	335.088		517.860	(182.772)	335.088
(I) As adições referem-se aos novos imóveis, locados em Porto Alegre/RS, Palmas/TO, Imperatriz/MA, Florianópolis/SC e Santana do Parnaíba/SP, e aos reajustes dos pagamentos mínimos dos contratos vigentes (renematuração) (Nota 19(b)).								

(e) Composição do saldo:

Controladora	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
	Taxas médias anuais de depreciação	Custo	Depreciação	Saldo	Taxas médias anuais de depreciação	Custo	Depreciação	Saldo
Terenos	6%	25.257	(25.257)	-	6%	25.257	(25.257)	-
Edificações e benfeitorias	6%	264.732	(104.490)	160.242	6%	264.732	(104.490)	160.242
Veículos	6% a 10%	1.960	(1.693)	267	6%	1.960	(1.693)	267
Equipamentos e instalações	6%	82.064	(44.532)	37.532	6%	82.064	(44.532)	37.532
Móveis e utensílios	10%	29.579	(19.716)	9.863	10%	29.579	(19.716)	9.863
Computadores	20%	44.621	(32.732)	11.889	20%	44.621	(32.732)	11.889
Outros	10%	49.529	(32.693)	16.836	10%	49.529	(32.693)	16.836
Total incorporação		517.860	(182.772)	335.088		517.860	(182.772)	335.088
(I) As adições referem-se aos novos imóveis, locados em Porto Alegre/RS, Palmas/TO, Imperatriz/MA, Florianópolis/SC e Santana do Parnaíba/SP, e aos reajustes dos pagamentos mínimos dos contratos vigentes (renematuração) (Nota 19(b)).								

(f) Composição do saldo:

Controladora	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
	Taxas médias anuais de depreciação	Custo	Depreciação	Saldo	Taxas médias anuais de depreciação	Custo	Depreciação	Saldo
Terenos	6%	25.257	(25.257)	-	6%	25.257	(25.257)	-
Edificações e benfeitorias	6%	264.732	(104.490)	160.242	6%	264.732	(104.490)	160.242
Veículos	6% a 10%	1.960	(1.693)	267	6%	1.960	(1.693)	267
Equipamentos e instalações	6%	82.064	(44.532)	37.532	6%	82.064	(44.532)	37.532
Móveis e utensílios	10%	29.579	(19.716)	9.863	10%	29.579	(19.716)	9.863
Computadores	20%	44.621	(32.732)	11.889	20%	44.621	(32.732)	11.889
Outros	10%	49.529	(32.693)	16.836	10%	49.529	(32.693)	16.836
Total incorporação		517.860	(182.772)	335.088		517.860	(182.772)	335.088
(I) As adições referem-se aos novos imóveis, locados em Porto Alegre/RS, Palmas/TO, Imperatriz/MA, Florianópolis/SC e Santana do Parnaíba/SP, e aos reajustes dos pagamentos mínimos dos contratos vigentes (renematuração) (Nota 19(b)).								

(g) Composição do saldo:

Controladora	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
	Taxas médias anuais de depreciação	Custo	Depreciação	Saldo	Taxas médias anuais de depreciação	Custo	Depreciação	Saldo
Terenos	6%	25.257	(25.257)	-	6%	25.257	(25.257)	-
Edificações e benfeitorias	6%	264.732	(104.490)	160.242	6%	264.732	(104.490)	160.242
Veículos	6% a 10%	1.960	(1.693)	267	6%	1.960	(1.693)	267
Equipamentos e instalações	6%	82.064	(44.532)	37.532	6%	82.064	(44.532)	37.532
Móveis e utensílios	10%	29.579	(19.716)	9.863	10%	29.579	(19.716)	9.863
Computadores	20%	44.621	(32.732)	11.889	20%	44.621	(32.732)	11.889
Outros	10%	49.529	(32.693)	16.836	10%	49.529	(32.693)	16.836
Total incorporação		517.860	(182.772)	335.088		517.860	(182.772)	335.088
(I) As adições referem-se aos novos imóveis, locados em Porto Alegre/RS, Palmas/TO, Imperatriz/MA, Florianópolis/SC e Santana do Parnaíba/SP, e aos reajustes dos pagamentos mínimos dos contratos vigentes (renematuração) (Nota 19(b)).								

(h) Composição do saldo:

Controladora	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
	Taxas médias anuais de depreciação	Custo	Depreciação	Saldo	Taxas médias anuais de depreciação	Custo	Depreciação	Saldo
Terenos	6%	25.257	(25.257)	-	6%	25.257	(25.257)	-
Edificações e benfeitorias	6%	264.732	(104.490)	160.242	6%	264.732	(104.490)	160.242
Veículos	6% a 10%	1.960	(1.693)	267	6%	1.960	(1.693)	267
Equipamentos e instalações	6%	82.064	(44.532)	37.532	6%	82.064	(44.532)	37.532
Móveis e utensílios	10%	29.579	(19.716)	9.863	10%	29.579	(19.716)	9.863
Computadores	20%	44.621	(32.732)	11.889	20%	44.621	(32.732)	11.889
Outros	10%	49.529	(32.693)	16.836	10%	49.529	(32.693)	16.836
Total incorporação		517.860	(182.772)	335.088		517.860	(182.772)	335.088
(I) As adições referem-se aos novos imóveis, locados em Porto Alegre/RS, Palmas/TO, Imperatriz/MA, Florianópolis/SC e Santana do Parnaíba/SP, e aos reajustes dos pagamentos mínimos dos contratos vigentes (renematuração) (Nota 19(b)).								

(i) Composição do saldo:

Controladora	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
	Taxas médias anuais de depreciação	Custo	Depreciação	Saldo	Taxas médias anuais de depreciação	Custo	Depreciação	Saldo
Terenos	6%	25.257	(25.257)	-	6%	25.257	(25.257)	-
Edificações e benfeitorias	6%	264.732	(104.490)	160.242	6%	264.732	(104.490)	160.242
Veículos	6% a 10%	1.960	(1.693)	267	6%	1.960	(1.693)	267

SER EDUCACIONAL S.A. - CNPJ nº 04.986.320/0001-13

relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras. Para os demais ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, pois de acordo com a avaliação do Grupo, além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **31.6 Investimentos em controladas (aplicável somente para as demonstrações financeiras individuais):** Os investimentos em empresas controladas, nas demonstrações financeiras da controladora, estão registrados pelo método da equivalência patrimonial. A participação societária em controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuído aos acionistas da controlada. Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - goodwill é apresentado como parte do investimento. Os mesmos ajustes feitos nas demonstrações financeiras consolidadas são feitos nas demonstrações financeiras individuais para se chegar aos melhores valores de patrimônio líquido e resultado. **31.7 Combinação de negócios:** Em uma combinação de negócios, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. **31.8 Ativos intangíveis: (a) Ágio:** O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor justo pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" no consolidado. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. **(b) Carteira de alunos:** As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período esperado da relação com o aluno. **(c) Licenças e implantações de softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. **(d) Credenciamento e licenças de operação:** Os credenciamentos e as licenças de operação são capitalizados com base nos gastos incorridos junto ao Ministério de Educação referentes à autorização e ao reconhecimento dos cursos oferecidos, assim como credenciamento das Unidades. Os credenciamentos e as licenças têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período de vigência das licenças obtidas junto ao Ministério da Educação. **(e) Conteúdo digital:** O Conteúdo digital é capitalizado com base nos custos incorridos para adquirir direitos de uso de conteúdos digitais a serem utilizados na prestação de serviço do Grupo. Esses custos são amortizados durante o prazo do contrato. **(f) Convênios:** Os convênios são capitalizados com base nos custos incorridos para firmar contratos, junto a empresas parceiras, que confirmam aos alunos do Grupo o direito de exercer as atividades de graduação complementares, necessárias para sua formação acadêmica. Esses custos são amortizados durante o prazo dos referidos contrato. **18. Fundo de comércio:** São ativos intangíveis com prazo de vida útil definida, representados por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundo de comércio). São amortizados linearmente de acordo com o prazo do contrato de aluguel dos imóveis alugados. **19. Intangíveis identificados em aquisições- Licenças de cursos:** As licenças de cursos identificadas em aquisições referem-se basicamente aos valores de licenças e credenciamentos de cursos perante o MEC e são registradas inicialmente pelos seus valores justos com base em laudos de avaliação suportando os montantes alocados nas combinações de negócios. Esses ativos identificados em aquisições possuem vida útil indefinida e estão sujeitos a testes anuais de recuperabilidade. **(l) Intangíveis identificados em aquisições - Marcas registradas:** As marcas identificadas em aquisições são registradas inicialmente pelos seus valores justos com base em laudos de avaliação suportando os montantes alocados nas combinações de negócios. Esses ativos identificados em aquisições possuem vida útil definida e estão sujeitos a amortização calculada pelo método linear para alocar o custo durante sua vida útil estimada. **(j) Contorno de aluguel antecipado:** Reflete o intangível obtido pelo Grupo em função da negociação para pagamento antecipado com desconto de 50% de 5 anos do fluxo de aluguel mensal, ocorrido em 26 de maio de 2017. Esse ativo possui vida útil definida e está sujeito a amortização calculada pelo método linear para alocar o custo durante sua vida útil remanescente. **31.9 Direito de uso:** O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas renovações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. **31.10 Imobilização:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perda para *impairment*. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil. O imobilizado em andamento refere-se à construção de novos prédios e adequação de prédios de terceiros à atividade do Grupo. Semestralmente os saldos deste grupo são revisados e transferidos para as suas devidas contas, se concluídos, para início da depreciação. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. **31.11 Custos de empréstimo capitalizados:** O custo histórico do imobilizado inclui juros sobre de empréstimos diretamente relacionados a uma aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade sujeitos ao empréstimo. **31.12 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos

seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, "Unidades Geradoras de Caixa" (UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **31.13 Fornecedores e compromissos a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e os compromissos a pagar são obrigações decorrentes da aquisição de imóveis e dos saldos a pagar oriundos de combinações de negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar a fornecedores e os compromissos a pagar são apresentados como passivo não circulante. As contas a pagar aos fornecedores e os compromissos a pagar são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **31.14 Arrendamentos:** O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental. Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança (i) nos pagamentos ou juros decorrentes de uma mudança no índice ou taxa (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido ou (iii) mudanças na avaliação se o Grupo de que exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **31.15 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional da liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para ser usado ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **31.16 Debêntures:** As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional da liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para ser usado ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **31.17 Provisões:** As provisões para contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando (i) existe uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança, com base nos julgamentos dos consultores jurídicos. As provisões são mensuradas pela valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **31.18 Tributação: (a) Imposto de renda e contribuição social corrente:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. Para as unidades que aderiam ao Programa Universidade para Todos "PROUNI", as atividades de ensino superior de graduação gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica "IRPJ" e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL". **(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para: a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal; b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que o Grupo é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, se são impostos relacionados a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades fiscais, mas que pretendem resolver passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou se seus ativos e passivos fiscais sejam realizados simultaneamente. Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos atuais são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado. **(c) PIS e COFINS:** Para as receitas das atividades de ensino, com exceção das atividades de graduação das unidades que aderiam ao Programa Universidade para Todos "PROUNI", incide o Programa de Integração Social "PIS" e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS" nas alquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incidem o PIS à liquidação de 1,65% e a COFINS a 7,6%. As atividades de graduação nas unidades que aderiam ao Programa Universidade para Todos "PROUNI" são isentas do Programa de Integração Social "PIS" e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS". **(d) PROUNI:** As unidades que aderiam ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais: • Imposto de Renda de Pessoa Jurídica "IRPJ" e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL", instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988; • COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 29 de dezembro de 1991; e • PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970. As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica. **(e) ISS:** As receitas das atividades de ensino incidem o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza "ISS", conforme regulamentado na lei complementar 116/2003, nas alquotas de 3,00% a 5,00%, a depender do município. O tributo é reconhecido de acordo com o reconhecimento de receita

do Grupo. **31.19 Lucro por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme a NBC TG 41 (IAS 33). As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **31.20 Reconhecimento da receita, custos e despesas:** As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência. **(a) Receita de serviços:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de ensino superior, pós-graduação, cursos livres e atividades educacionais correlatas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço. As mensalidades dos cursos e seus respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. As receitas são geradas com base em contratos de preço fixo, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. O Grupo aderiu, em outubro de 2013, ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC), criado pelo Ministério da Educação (MEC) para expandir a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores brasileiros. As receitas são geradas com base na bolsa-formação, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação de serviço, considerando a confirmação de presença por cada aluno, de acordo com as condições e requisitos do programa. O Grupo registra como desconto os encargos educacionais decorrentes dos contratos de financiamento garantidos pelos alunos que aderiram ao FGEDUC de acordo com a Portaria Normativa Nº 21 de 21 de outubro de 2010, Portaria Normativa Nº 14 de 28 de junho de 2012 e Portaria Normativa Nº 3 de 3 de janeiro de 2014. Os encargos educacionais somam 5,63% da receita oriunda dos alunos que possuem adesão ao FGEDUC pelo FIES. Adicionalmente, a partir de 2016 foi incluído um novo desconto de 2% relativos aos encargos FIES, conforme Medida Provisória Nº 741 ("MP 741"). **(b) Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos das aplicações financeiras e contratos de empréstimos, financiamentos e outros, usando o método da taxa efetiva de juros ou de indexadores de inflação. Descontos concedidos referem-se às reduções realizadas nos débitos dos alunos inadimplentes referentes aos semestres anteriores, sejam por repactuação de pagamento para manutenção dos alunos na instituição ou por recuperação de valores mais antigos, através de campanhas de descontos no valor de face da dívida. **31.21 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que estabelece 25% como mínimo obrigatório, líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio que eventualmente tenham sido pagos a título de antecipação durante o exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O Grupo tem como política a distribuição de 30% do lucro do período, apurado em bases semestrais. O efeito fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

Jánoy Janguê Bezerra Diniz – **Diretor Presidente;**
 João Albérico Porto de Aguiar – **Diretor;**
 Kristiano Benavi da Silva – **Contador - CRC PB 007867/O-3-S-PE**

PARCEIRO DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Ser Educacional S.A. ("Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao disposto no artigo 163 da Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores, examinarão o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das correspondentes notas explicativas, elaborados de acordo com a legislação vigente. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da administração da Companhia e no relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as referidas demonstrações financeiras, emitido sem ressalvas na data de hoje, concluíram, por unanimidade, que os mencionados documentos, juntamente com o relatório anual da administração, estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia. Recife, 23 de março de 2023.

Reginaldo F. Alexandre - Conselheiro; **Fernando Eduardo R. Santos** - Conselheiro; **Nazareno Habib O. Bichara** - Conselheiro

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA

ATRIBUIÇÕES E ATIVIDADES: O Comitê de Auditoria da Ser Educacional S.A. é um órgão não estatutário, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, submetendo-se à legislação e regulamentações aplicáveis, em especial o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e o seu Regimento Interno. Conforme o artigo 22 do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A., compete ao Comitê de Auditoria: I. opinar sobre a contratação ou destituição dos Auditores Independentes da Companhia; II. avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; III. acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da área de Controles Internos da Companhia; IV. avaliar e monitorar as exposições de Riscos da Companhia; V. avaliar, monitorar e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das Políticas Internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas; e VI. possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação. O Comitê de Auditoria foi eleito e instalado em 29 de abril de 2021, com três membros, sendo um conselheiro de administração independente, na qualidade de Coordenador do Comitê, um conselheiro de administração adicional e um membro externo independente. Durante o Exercício Social de 2022, o Comitê de Auditoria e Riscos reuniu-se dez vezes para a execução de suas atividades, tendo sido facultado aos seus membros o livre acesso aos órgãos da Companhia, bem como aos seus executivos, além de contar, sempre que necessário, com a presença de representantes dos Auditores Independentes. **CONCLUSÃO DO RELATÓRIO:** Os membros do Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, regulatórias e regimentais, com as limitações naturais no alcance de sua atuação, procederam ao exame e à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria contendo opinião sem ressalvas dos auditores independentes, do relatório anual da administração e da proposta de destinação de resultados, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e o exame de auditoria realizado pela Ernst & Young Auditores Independentes, recomendamos, por unanimidade, a aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, dos documentos acima citados. Recife, 23 de março de 2023. **Flavio Cesar Maia Luz** - Coordenador do Comitê de Auditoria. **Francisco Muniz Barreto, Marcelo Amaral Moraes** - Membros do Comitê de Auditoria.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

valor recuperável do contas a receber; (iii) verificação da aderência à política de provisionamento estabelecida pela diretoria para toda a base de alunos; (iv) recálculo da provisão, incluindo o reprocessamento do *aging list*, aplicação dos critérios definidos pela diretoria e testes de exatidão matemática dos cálculos da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber; (v) testes das premissas da diretoria da Companhia, quais sejam, percentuais de perda esperadas baseados nas perdas históricas com contas a receber, considerando as condições atuais de mercado e as estimativas futuras ao final de cada período. Essas análises levaram em conta ainda os efeitos sobre o maior evasão de alunos e a inadimplência resultantes dos efeitos econômicos da pandemia do COVID-19; e (vi) confronto entre os valores apurados e contabilizados de provisão. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas na nota explicativa nº 9(e). Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber de clientes adotadas pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 9(e), são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Teste de recuperabilidade do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida:** Em decorrência das transações de combinação de negócios realizadas em exercícios corrente e anteriores, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida nos montantes de R\$ 606.841 mil e R\$ 342.288 mil, respectivamente, os quais estão registrados nas demonstrações financeiras consolidadas e sujeitos a verificações anuais quanto a sua recuperabilidade (*impairment*). Devido à alta subjetividade das estimativas necessárias à condução do referido teste de *impairment* por parte da diretoria para dar respaldo às principais premissas (tais como taxa de desconto, taxa de crescimento na perpetuidade, crescimento de receita, base de alunos, valor das mensalidades, margem bruta, custos e despesas projetadas), bem como o valor contábil do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, nos montantes acima descritos, o teste de recuperabilidade foi identificado como um principal assunto de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) testes sobre os princípios e integridade dos modelos de fluxo de caixa futuros descontados elaborados pelo especialista da diretoria da Companhia; (ii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente; (iii) teste das principais premissas utilizadas pela Companhia durante o horizonte da projeção, tais como as variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas para o período explícito e para a perpetuidade, o nível de investimentos de capital e o capital de giro necessários, assim como a taxa de desconto, base de alunos e mensalidades projetadas, comparando as referidas premissas com dados obtidos externamente e nossas próprias avaliações de dados relevantes, como o crescimento econômico projetado no período explícito e na perpetuidade, inflação de custos e taxas de desconto; (iv) obtivemos o entendimento de como os efeitos econômicos resultantes da pandemia do COVID-19 impactaram a performance dos negócios e os seus eventuais reflexos nas projeções; (v) envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na revisão e avaliação das premissas e métodos utilizados pela Companhia para testar as taxas de desconto e avaliar o modelo que calcula os fluxos de caixa futuros. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações na nota explicativa nº 11(e). Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de determinação do valor recuperável do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 11(e), são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Combinações de negócios:** Em 2022, a Companhia efetuou diversas combinações de negócios, tendo apurado ágio e intangíveis identificados em aquisições nos montantes de R\$ 150.039 mil e R\$ 155.765 mil, respectivamente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 6 e 11(b). As transações foram contabilizadas aplicando-se o método da aquisição, o qual requer, entre diversos procedimentos, que a Companhia determine a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura. Tais procedimentos envolvem, normalmente, um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas complexas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza e julgamento. A avaliação e mensuração dos ativos e passivos a valor justo foi conduzida pela diretoria da Companhia e envolveu, inclusive, a contratação de especialistas de mercado em avaliações. Devido à relevância dos saldos, complexidade de das estimativas e alto grau de julgamentos envolvidos na determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, consideramos as combinações de negócio um dos principais assuntos de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) análise das informações financeiras das empresas adquiridas e discussão com a diretoria acerca da consistência das práticas e estimativas contábeis; (ii) utilização de profissionais especializados em avaliação de empresas para nos auxiliar na revisão das premissas e metodologia utilizadas pela Companhia relacionadas à mensuração dos valores justos e alocações, na data da aquisição, aos ativos adquiridos e passivos assumidos; (iii) avaliação da objetividade, independência e capacidade técnica dos especialistas envolvidos na mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos das empresas adquiridas; (iv) avaliação da data de aquisição e obtenção de controle, valor do preço efetivamente pago para fins de apuração do goodwill; (v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas respectivas notas explicativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia nas combinações de negócios, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações nas notas explicativas nº 6 e 11(b). **Outros assuntos: Demonstrações de valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram

adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Recife, 23 de março de 2023

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S. Ltda.

CRC SP015199/O

Henrique Piereck de Sá

Contador CRC-PE 023398/O

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 27/03/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicadefiscal.valor.com.br/valor/2023/03/27/SEREDUCACIONAL1568506127032023.pdf>
 Hash: 16796944821ac8a9d7ee55450c9c4a68f97bcea11d